

UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA VIDA DOS NEGROS NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DA LEI 10.639/03

Carlos Kleber Sobral Corlett¹
Ana Fábيا Bento dos Santos²
Inácia Érica de Farias Sobral Corlett³
Mykaellem Coêlho Pereira Correia⁴

Foi no século XVI o momento em que as populações negras chegaram ao Brasil, em grandes quantidades, principalmente na zona litorânea e com grande concentração nas regiões Nordeste e Sudeste em detrimento ao desenvolvimento econômico dessas áreas.

Já nos séculos XVII, XVIII e XIX, com a expansão da cana-de-açúcar, os senhores de engenho e latifundiários acumularam grandes riquezas através da mão-de-obra dos escravos e, estes, viviam em extrema precariedade de condições de vida.

Conforme Cavalleiro (2006), vivendo numa realidade brutal, o povo negro ainda tinha que criar estratégias para proteger suas culturas, seus valores, suas histórias e reverenciar os seus ancestrais, reconstruindo na diversidade, com muita resistência, a sua integridade como ser humano.

Durante a construção da colônia brasileira, a mão-de-obra utilizada era a indígena, porém, com a expansão da cultura canavieira, os africanos foram trazidos ao Brasil para substituir esta mão-de-obra. Uma vez que, expandindo-se o domínio português pela costa africana, iniciou-se o tráfico dos negros como escravos, pois essa era uma atividade lucrativa interna. Algo evidente nas palavras de Valente (1987, p. 10): “Embora não existisse consenso entre os estudiosos sobre a data de desembarque dos primeiros africanos no Brasil, esses desembarques passaram a ser mais constantes à medida que se explica a cultura canavieira (...)”

Os negros eram trazidos da África contra a própria vontade, trabalhavam pesado na lavoura e demais atividades que os senhores exigiam e eram tratados com violência e crueldade. Além do excesso de trabalho a que eram submetidos, havia a violência sexual dos senhores contra as escravas. Conforme o autor supracitado, havia os açoites, grilhões, violência sexual e a atribuição de qualidades negativas aos negros e estas ações faziam parte de um conjunto de violências para dominar e subjugar os escravos.

Na colônia, os escravos eram tratados como mercadorias, transportados em porões de navios, amontoados pela quantidade de pessoas, enfrentavam uma longa viagem e muitos chegavam mortos ao destino, por conta das condições precárias a que eram submetidos. Ao chegarem ao Brasil, eram expostos em feiras livres e examinados como animais, sem nenhum tratamento de ser humano.

As relações forçadas entre senhores e escravos tiveram como consequência a miscigenação no Brasil, pois os filhos dessas relações violentas eram de pele quase branca, mas também eram considerados escravos. Ainda, segundo Valente (1987, p.16): “Foi assim a partir desses estupros que se iniciou o processo de miscigenação do Brasil.

¹ Licenciado em Pedagogia pela UEPB, pós-graduado em Psicopedagogia Institucional pela FIP, pós-graduando em Supervisão e Orientação Educacional pelo CINTEP, pedagogo em Alagoa Grande, PB.

² Licenciada em Pedagogia pela UEPB, pós-graduanda em Supervisão e Orientação Educacional pela UNIPÊ/FURNE, professora em Remígio, PB.

³ Licenciada em Pedagogia pela UEPB, pós-graduanda em Psicopedagogia Institucional pelo CINTEP, professora em Esperança, PB.

⁴ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, professora em Alagoa Grande, PB.

Os primeiros cruzamentos resultaram os mulatos. Depois disso, os senhores passaram a preferir as mulatas como parceiras sexuais (...).”

Após esse início de miscigenação, os negros de pele mais clara e aqueles que viviam na casa dos senhores tinham melhores tratamentos e, por isso, se afastavam dos valores africanos, já que pretendiam subir na escala social, chegando a postos onde teriam mais prestígio, confiança e liberdade através do branqueamento.

Entretanto, na tentativa de impedir qualquer iniciativa dos negros em mudar a sua situação de escravos, os senhores recorriam à ajuda do catolicismo para que, catequizados, eles se acomodassem à situação de opressão. Esses valores religiosos eram impostos aos negros no momento em que eles embarcavam da África. Ao chegarem à terra nova, eram todos batizados. Para isto, a igreja católica professava: “sejam bonzinhos, dóceis e passivos. Vocês estão sendo cristianizados e devem agradecer por isso. Sua religião é a do demônio. Devem esquecê-la. Se assim fizerem, de vocês será o reino dos céus.” (VALENTE, 1987).

Desta forma, os negros ao resistirem ao catolicismo, preferindo cultuar seus ancestrais, tinham suas famílias destituídas e sofriam violentos castigos. Os negros que não resistiam eram obrigados a esconder seus orixás atrás das máscaras dos santos católicos.

As formas de resistência negra em nosso país mais espetaculares foram à revolta, a fuga e a formação de aldeamentos, chamados quilombos.

O negro brasileiro nunca teve oportunidade de adquirir bens, pois terra e moradia se tornaram impossíveis, apesar do seu trabalho nelas. Até os quilombos, por conta da Lei da Terra de 1850, tiveram sua situação irregular, pois não tiveram direitos por lei às terras das quais se apossaram. O mais conhecido dos quilombos foi o de Palmares, em Alagoas, os outros praticamente desapareceram, devido às perseguições dos senhores naquela época. Eles se formavam em locais de difícil acesso, onde os negros se organizavam para garantir sua sobrevivência e fugir da caça dos senhores. Além de ser o mais famoso dos quilombos, Palmares foi o que durou mais tempo.

Inicialmente entendido que remanescente de quilombos seria aquele povoado resultante da evasão de escravos de ocorrida antes da Abolição, hoje se admite a inclusão, nesse grupo, de povoados que apresentem no mínimo características étnicas, históricas e culturais, bem como necessidades que justifiquem o tratamento especial a ser dedicado a eles. (LOPES, 2000, p.17).

Vale lembrar que, muitas rebeliões aconteceram antes de vir a surgir os quilombos, a maioria delas de cunho religioso, pois os negros não tinham sequer o direito de seguir suas próprias religiões. Duas nações negras de lugares diferentes, os hauçás e os nagôs, se identificavam com o islamismo e uniram-se nas rebeliões, conhecidas como guerra santa.

Organizados em Quilombos escondidos no mato, dispunham de melhor estrutura para resistir à repressão, mas sua motivação ainda era de cunho religioso. Não se pode menosprezar, porém, a importância da luta religiosa: ao lutarem pelo exercício de sua fé, os negros reivindicavam um direito que lhes era negado. O fato de a religião ser colocada como prioridade entre as necessidades sociais dos revoltosos não invalida o caráter político das rebeliões dos hauçás e nagôs, o comportamento com a defesa social dos escravos. (CHIAVENATO, 1999, p.61).

Sendo assim, os negros lutaram para conservar sua crença e seus valores que os senhores pretendiam substituir por valores “brancos”. Nos quilombos, por exemplo, várias nações negras lutaram juntas de maneira consciente contra a escravidão, pois queriam acabar com o sofrimento do trabalho escravo. Com a revolução industrial na Inglaterra, no século XIX, surgiram novas formas de produção e de adquirir mais lucros. Essas maneiras tinham um enorme empecilho: a escravidão. O Brasil como maior importador de africanos tornou-se alvo de pressão inglesa, para acabar com o tráfico de escravos.

Manter esse tráfico tornava-se cada vez mais difícil e caro, pois o preço do negro aumentava devido às dificuldades em comercializá-lo. Daí, devido às condições precárias nas quais viviam os escravos, aumentava a cada dia o índice de mortalidade dos recém-nascidos na senzala. Assim, de acordo com Valente (1987, p.21), “O sistema escravista estava chegando ao fim, pois, com a proibição do tráfico, a escravidão estava condenada. A abolição era só uma questão de tempo.”

Antes da abolição dos escravos propriamente dita, surgiram as Leis do Ventre Livre e dos Sexagenários. A Lei do Ventre Livre libertava filhos de escravos no ato do nascimento, porém estes tinham que continuar com a mãe até os oito anos. As escravas que moravam na casa dos senhores para amamentar seus filhos, se beneficiavam com a estadia deles e davam seu serviço em troca do sustento destes até os 21 anos. Era uma falsa liberdade, pois eles continuavam sendo escravos, ou seja, era uma (re)escravização, que ainda hoje vemos no trabalho infantil e no da mulher negra, conforme Lopes (2000, p.18).

A Lei dos Sexagenários, por sua vez, preconizava que os escravos com mais de sessenta anos ficavam livres e os senhores não tinham nenhuma obrigação com relação a eles, sendo abandonados à própria sorte durante a velhice. Algo muito bom para o senhor e não tanto para o negro, que no fim da vida, na maioria das vezes não tinha com quem contar, já que se encontrava com uma saúde fragilizada decorrente de uma vida inteira de servidão/escravidão.

Só em 1888, com a criação da Lei Áurea assinada pela Princesa Isabel, acabou-se com a escravidão no Brasil. A partir de então, o negro ficaria liberto, porém não tinha como sobreviver, pois não foram propostas condições que o tornasse cidadão. Desta forma, alguns negros trabalhavam em tarefas consideradas de menos valores, outros voltavam ao meio rural na condição de empregados e, outros ainda, perambulavam nas cidades. Sendo assim, a liberdade não deu condições aos negros de viverem como cidadãos.

A “libertação” dos escravos resultou numa massa de negros que perambulavam pelas fazendas e cidades à procura de emprego. De um lado, todas as terras agrícolas já estavam ocupadas. De outro lado, as áreas urbanas apresentavam um excedente crescimento populacional que constituía um problema social. (VALENTE, 1987, p.22).

O negro se via excluído como trabalhador livre, pois nem sequer tinha a oportunidade de realizar as atividades as quais ele era capaz de fazer, lhes restando atividades que reforçavam sua imagem negativa. Ficavam expostos a situações de desemprego, subemprego e marginalidade.

Percebemos, assim, que muito tempo após a abolição, as condições de vida dos negros que estavam livres ficou muito difícil, pois não havia nenhuma preocupação sobre a aplicação da(s) lei(s) na integração dos negros em todas as esferas de atuação social, política, econômica e em todos os tipos de instituição.

Portanto, durante muito tempo, a sociedade brasileira encobriu os preconceitos raciais que existiam. Essa questão fez parecer que não existia preconceito nenhum em nossa sociedade. Somente na década de setenta essa situação veio a modificar-se.

A ascensão dos movimentos sociais, entre nós, está representando uma significativa tomada de consciência do problema, passo fundamental para a articulação de uma estratégia de atuação para mudança. A impressão que tenho é de que o movimento de negros começa a ganhar visibilidade necessária para que toda a sociedade comece a refletir sobre seus preconceitos raciais, sobre as atitudes, hábitos e leis que sejam discriminatórios contra os negros; e os próprios negros se engajem na luta pela igualdade de tratamento em todas as esferas. (MIRANDA, 1988, p.22).

Difícilmente nós brasileiros admitimos ser racistas, mas existem vários estereótipos em relação aos negros. Dizer que os negros são sujos, malandros e ladrões é uma forma de manifestar esse preconceito. Sabemos que essa é uma forma de racismo, pois existem brancos com essas características aqui elencadas e, no entanto, não se desvalorizam tanto como ser humano.

Lopes (2000, p.16), conceitua racismo como:

(...) uma ideologia, uma estrutura e um processo pelo qual grupos específicos, com base em características biológicas e culturais, verdadeiras ou atribuídas, são percebidos como uma raça ou grupo étnico inerentemente diferente ou inferior. Tais diferenças são em seguida utilizadas como fundamento lógico para se excluírem os membros desse grupo do acesso a recursos materiais e não materiais.

A escravidão gerou uma ideologia na qual a condição do negro conferia uma postura de inferioridade. Nesse sentido, o negro era usado como objeto. Todo esse descaso, que negava a sua condição humana, teve o apoio da Igreja Católica, teólogos protestantes e filósofos, em bulas papais, sermões em livros.

A Bula Papal descrita pelo Papa Nicolau V, em 1454, dava direitos aos portugueses de aprisionar e explorar o negro. Além disso, a própria igreja se utilizou da mão-de-obra escrava para aumentar suas riquezas. Quinhentos anos depois, a igreja desculpou-se com os negros pela exploração e omissão de seus atos. Portanto, após todo esse descaso com o negro, acreditamos faltar um grande desafio a ser alcançado: o de incluí-los efetivamente na sociedade brasileira, pois existem leis para isto, mas infelizmente faltam condições para cumprí-las.

Não podemos deixar de comentar que o filósofo Voltaire (1694-1778) defendeu a “essência e a igualdade dos homens”, mas era também um comerciante de negros. Outro filósofo, David Hume (1711-1776), autor do tratado sobre a natureza humana, estava “propenso a acreditar que os negros são naturalmente inferiores aos brancos” (CHIAVENATO, 1999).

Todo esse preconceito contra os negros estendeu-se também aos pobres tornando-se ideologia. Nesse percurso, faltaram muitas oportunidades para os negros em nossa sociedade e, com isso, muitos residem em locais pobres e os trabalhos que lhes são oferecidos são atividades consideradas inferiores. Situação que não mudou muito desde a abolição da escravatura.

Para Souza (2008), o Brasil é um país cheio de desigualdades sociais e econômicas e a causa do preconceito é justamente a diferença: um país preconceituoso,

que exclui aquelas pessoas as quais não estão de acordo com a ideologia transmitida e valorizada na sociedade, que tenta camuflar e esconder estes conflitos existentes, diminuindo sua importância com um discurso irreal de igualdade de raças e classes sociais, além de falsa democracia.

Quando um negro consegue uma ascensão social de destaque, no esporte ou na música, por exemplo, que são atividades lúdicas, são formas de divertimento, só conseguem por que tais atividades estão relacionadas à questão de resistência física, essa que é uma das características exclusivas desse povo. Há, porém, um fato curioso, que segundo pesquisas, a maioria dos negros que obtiveram sucesso profissional ou econômico prefere acreditar que esse problema não existe, algo que, acreditamos, se dá para não sofrerem, pois, eles acreditam, que esse problema “não é seu”.

Citamos outro exemplo de preconceito existente no mercado de trabalho: a exigência de boa aparência ou pedido de fotografia. Muitas vezes, ao verem que a pessoa é negra, mesmo que o currículo seja excelente, logo criam uma dificuldade para não empregá-la. Assim,

O Brasil é um país que se formou a partir da integração de diversas raças, povos e culturas, um país rico por sua diversidade cultural. Isso por que, segundo Paisal (1988, p.17): “(...) Contamos com essa grande riqueza. A confluência de diversas raças no país não traz apenas riquezas, fortalecimento e valorização genética, mas igualmente, valores culturais e humanísticos.”

A miscigenação no Brasil a partir do cruzamento de brancos com negros foi dando origem a outros grupos mestiços bastantes expressivos. Essa foi uma forma dos negros se aproximarem cada vez mais dos valores impostos a eles, tendo-os como padrão normal. Através de uniões, como casamento, para que seus filhos tivessem cor mais clara, via-se no embranquecimento o caminho para se alcançar postos mais elevados na sociedade.

Dessa união e tentativa de embranquecimento surgiram os mulatos, que para Valente (1987) também sofrem preconceito, porém de forma mais sutil. Desta forma, o mulato reage ao preconceito, negando a existência do racismo, pois ao manifestar-se diante da questão, seria obrigado a ouvir, “você não é negro” e até mesmo ser acusado de racista. Sendo assim, a situação do mulato é muito complicada, pois ele é tratado com desigualdade, mais com sutileza, não sendo considerado branco nem negro, porém a mistura das duas raças. Essa

Geralmente é uma agressão surda, silenciosa que pode ser percebida ou sentida nos olhares desconfiados e no tratamento desdenhoso dos mulatos pelos negros. Mas quando assume formas verbais, a agressão é cruel, ferina e até mesmo injustificada. Há negros que usam as mesmas armas dos brancos as quais tanto condenam, para agredir os mulatos. (VALENTE, 1987, p.42).

Existe ainda um mito quanto à democracia racial, que os negros e os mulatos têm que enfrentar um inimigo inesperado: se assumirem como tais. Ao verem o branco progredir e suas condições continuarem as mesmas, estes, segundo o autor supracitado, sentem a vontade de “ser brancos”.

Na procura de aceitação social e de embranquecimento, os negros passam a negar a idéia de que o racismo existe. Assim, passam a utilizar valores e atitudes dos brancos, negando sua origem, suas crenças e comportamentos.

Hoje, a tentativa de branqueamento almejada pelos afro-descendentes é mais distante do que no período da escravidão, em que almejavam conquistar uma vida melhor. Essa conquista é impossibilitada a eles desde o nascimento e a dificuldade é bem mais intensa. Pois, de acordo com Chiavenato (1999, p.78): “Atualmente o branqueamento se processa na realidade de uma opressão cruel, é negada ao negro a igualdade com o branco no direito à sobrevivência ele é eliminado ao sair do ventre da mãe.”

A inferioridade com que o negro sempre é tratado por sua longa trajetória em nossa sociedade é desumana, ao ponto de desejarem seu desaparecimento em nosso país.

Seu sangue sempre mencionado como algo ruim e só com o branqueamento sumiria do convívio social, pois o sangue negro é o sangue mau, que para Roosevelt desapareceria com o branqueamento. O ideal principal é o do desaparecimento da questão negra pelo desaparecimento (no Brasil) do próprio negro gradualmente absorvido pela raça branca. (CHIAVENATO, 1999, p.80).

Mesmo inferiorizando o negro e com tantas dificuldades a enfrentar, segundo Valente (1987), a sociedade brasileira adquiriu muitas coisas da cultura negra, dentre as quais destacamos: comidas, danças, objetos, religião e outros costumes que utilizavam no seu cotidiano sem saberem seus significados. Muitas vezes, pela falta de aprofundamento sobre os negros, os brancos chegavam até mesmo perseguí-los quando se tratava, principalmente, de seus rituais, dizendo muitas vezes que era “coisa perigosa, feia e suja.”

Vemos esse descaso com a cultura negra começar pelos livros didáticos onde são passadas idéias negativas a respeito desse povo. Para mudar essa visão, o ideal seria começar retirando dos mesmos as idéias que eles têm de discriminação contra o negro, substituindo-as por outras que valorizem e resgatem sua história e cultura, além de implantar nos currículos escolares a Lei 10.639/03 para trabalharmos a temática em questão constantemente através de ações concretas.

Com a criação da lei supracitada- Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, estabeleceu-se no currículo oficial de ensino da educação básica a obrigatoriedade da temática História e Cultura – Afro-Brasileira formulada para corrigir as desigualdades raciais e sociais presentes nas instituições escolares de nosso país, algo que consideramos de extrema importância, visto que este é um avanço para desmistificação de questões erradas propagadas ao longo dos tempos. Entretanto, não podemos ignorar que o preconceito racial ainda está presente nos espaços escolares e a grande maioria dos (as) professores (as) estão despreparados (as) para trabalhar sistematicamente o tema em questão, bem como fazer valer em suas salas de aula a lei aqui tratada.

A questão racial implica, ainda, obstáculos na questão educacional:

Interessante é que há muito tempo tanto os negros como os estudiosos da questão racial no Brasil sabiam das dificuldades de se educar a criança negra. Além de os livros reforçarem o preconceito racial, ensinando crianças brancas a tornarem-se racistas, incluía na cabecinha das crianças negras um sentimento de inferioridade e desestímulo. (VALENTE, 1987, p.55).

Sabemos que a discriminação existente no Brasil é algo gritante, mas é um problema que deve ser encarado. Assumí-lo é uma questão de todos. O negro é o mais

afetado com esse problema, pois, além de enfrentar o racismo, tem outras dificuldades que necessitam ser superadas.

Diante disso, é nítida a importância da implantação da Lei 10.639/03 em nossas escolas, visto que a inserção de uma pedagogia anti-racista no ensino fundamental exige compromissos que deverão ser assumidos com objetivos a serem alcançados, pois nosso propósito maior é fazer da instituição escolar um ambiente que propicie o respeito às diferenças e a valorização da diversidade, da história e da cultura negra com a devida dignidade que merecem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003.

CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. In: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil: da senzala à abolição**. São Paulo: Moderna, 1999.

LOPES, Vera Neusa. Negro brasileiro: porque e como combater o racismo, o preconceito e a discriminação. **Revista do Professor**, Porto Alegre: Out./ Dez. 2000, pp.15-20.

MIRANDA, Glaura Vasques de. Introdução. In: MELO, Regina Lúcia de; COELHO, Rita de Cássia Freitas (Orgs.). **Educação e discriminação dos negros**. Belo Horizonte: IRHJP, 1988, pp. 21-23.

PAISAL, Ramón Villar. Abertura do Seminário. In: MELO, Regina Lúcia de; COELHO, Rita de Cássia Freitas (Orgs.). **Educação e discriminação dos negros**. Belo Horizonte: IRHJP, 1988, pp. 17-19.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 2008.

VALENTE, Ana Lúcia E. J. **Ser negro no Brasil hoje**. 9. Ed. São Paulo: Moderna, 1987.